## As exportações do Brasil nos anos 2000: evolução, market share e padrões de especialização a partir de distintas agregações setoriais\*

Flávio Benevett Fligenspan

André Moreira Cunha

Marcos Tadeu Caputi Lélis®

Manuela Gomes de Lima

Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

> Professor Associado do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS e Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Professor do Departamento de Economia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) Economista e Analista da Gerência de Estratégia de Mercado da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil)

#### Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar a participação do Brasil no comércio mundial, nos anos 2000, com ênfase no comportamento das exportações. Apresentam-se a evolução das exportações brasileiras e o respectivo "market share" em distintas agregações setoriais. As exportações brasileiras cresceram acima da média mundial, o que permitiu a recuperação dos níveis de participação relativa observados no começo dos anos 80 do século XX. Isso se deu em meio a um longo e intenso ciclo de elevação nos preços das "commodities" nos mercados internacionais, com o que a pauta de exportações se alterou no sentido da maior participação dos produtos intensivos em recursos naturais. Simultaneamente, o crescimento da renda nacional, com ampliação do consumo das massas, induziu à redução da orientação exportadora da indústria de transformação, ao mesmo tempo em que a maior concorrência com outros países emergentes, particularmente os asiáticos, tornou mais difícil o acesso a terceiros mercados. Em síntese, os ganhos quantitativos nas exportações ocorreram em meio a alterações qualitativas importantes, que reforçam a preocupação com os temas da "reprimarização" da pauta e da perda de sofisticação da estrutura produtiva e de comércio exterior.

Palavras-chave: exportações; indústria; market share.

Artigo recebido em 22 jan. 2015. Revisora de Língua Portuguesa: Valesca Casa Nova Nonnig.

E-mail: fli@ufrgs.br

E-mail: andre.cunha@ufrgs.br

E-mail: mcaputi@uol.com.br

E-mail: manuela.lima@gmail.com

#### Abstract

This article aims to analyze Brazil's export performance in the 2000s. It shows the evolution of Brazilian exports and their market share using different sectoral aggregations. We have found that: Brazilian exports grew above the world average, which allowed the recovery of relative participation levels observed in the early 1980's, due to the boom in commodity prices; as a consequence, the export basket has changed towards greater participation of products intensive in natural resources. Simultaneously, the growth of national income led to the reduction of the manufacturing sector's export orientation, while the increased competition with other emerging countries, particularly the Asian ones, made access to other markets more difficult. In short, the quantitative gains in exports value and market share were associated with major qualitative changes that have reinforced concerns about the emergence of a regressive pattern of specialization characterized, among other things, by the so-called process of "reprimarization" and "de-industrialization".

Keywords: exports; manufacturing sector; market share.

### 1 Introdução

A economia mundial passou por turbulências importantes na primeira década do século XXI, cujos efeitos ainda se projetam sobre o período contemporâneo. Do ponto de vista estrutural, ganhou força e velocidade o processo de emergência das grandes economias periféricas, que passaram a ter participações crescentes na renda e no comércio mundiais (UNCTAD, 2014; WTO, 2013, 2014). Signo principal dessa tendência foi a ascensão da China à condição de principal *player* do comércio mundial e segunda maior economia do Mundo. Em paralelo, as economias avançadas, particularmente os Estados Unidos, mantiveram seus padrões de expansão cada vez mais dependentes de níveis elevados de endividamento das famílias, das empresas e dos governos. 1

Antes da crise financeira global (CFG)<sup>2</sup> e do subsequente período da "grande recessão", a economia mundial experimentou um desempenho excepcionalmente favorável, nucleada pela articulação estreita entre Estados Unidos e China e entre essas e as demais economias maduras, emergentes e em desenvolvimento<sup>3</sup>. Tal caráter "excepcional" se traduzia: (a) no crescimento elevado — com taxas médias de variação do Produto Interno Bruto (PIB) global acima de 4% —, associado à inflação baixa (pelo menos até meados de 2007); (b) na retomada de dinamismo em regiões que, nos anos 80 e 90, apresentaram níveis baixos de expansão da renda, tais como América Latina, África e Leste Europeu, ou em economias maduras, como Japão e Alemanha; (c) na melhoria substancial dos resultados das contas externas e das finanças públicas de muitas economias em

Desde meados dos anos 70 do século XX, rompeu-se o padrão de crescimento em que as rendas do trabalho sustentavam o crescimento do consumo. Os ganhos de produtividade eram repassados aos salários, e os mercados financeiros eram regulados de forma estrita, de modo que se mantinha em níveis administráveis a relação entre os níveis de endividamento e a renda (e/ou patrimônio) dos agentes. Com a liberalização comercial e financeira — interna e externa —, o enfraquecimento dos sindicatos e a desregulamentação de vários setores da economia, as pressões competitivas fizeram com que as rendas do trabalho, especialmente os salários, passassem a crescer menos do que o conjunto da renda. Assim, a disseminação do consumo de massa, sob os novos padrões derivados das

inovações tecnológicas do período, foi possível pela ampliação das dívidas das famílias, processo sancionado pelas políticas monetárias expansionistas e pelas instituições financeiras. Ver detalhes em Cynamon, Fazzari e Setterfield (2013), Unctad (2014) e BIS (2014).

A crise subprime passou a se explicitar no segundo semestre de 2007 e teve na falência do Lehman Brothers (setembro de 2008) um marco decisivo. A partir desse momento, os problemas no mercado de financiamento de hipotecas converteram--se em uma "crise financeira global".

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Ver Cynamon, Fazzari e Setterfield (2013), Unctad (2014) e World Trade Organization (2013, 2014).

desenvolvimento previamente caracterizadas por níveis elevados de vulnerabilidade externa e fragilidade fiscal; e (d) no comportamento altista dos mercados financeiros, com forte expansão do crédito e elevação dos preços (com queda nos prêmios de risco) de diversas categorias de ativos.

Em paralelo, emergiu uma estrutura política e econômica que apontava uma nova realidade internacional, onde países como China, Índia, Rússia, Brasil, dentre outros, passaram a ter um peso crescente na renda mundial, nos fluxos comerciais e financeiros e na governança dos diversos fóruns multilaterais e regionais. No boom que antecedeu à CFG, os Estados Unidos representaram o grande mercado consumidor em última instância da economia global, ao passo que a China passou a figurar, junto com as demais economias asiáticas, como importante fonte da oferta de manufaturas. A economia estadunidense. com seus níveis recordes de endividamento nas esferas privada e pública, apresentava padrões de gastos domésticos que excediam, de forma preocupante, à renda nacional. Por conta disso, ampliavam-se os déficits em conta corrente, que, de uma média de 2% do PIB no final dos anos 90, passaram a 4% no começo dos anos 2000 e atingiram o pico de 6% de 2006 a 2007. O espelho dos déficits em conta corrente é a utilização de poupança externa para seu financiamento. No caso dos EUA, a absorção de poupança externa entre US\$ 500 bilhões e US\$ 1 trilhão ao ano, ao longo desse ciclo, era possível, na medida em que o resto do Mundo, especialmente os governos dos países com superávits em conta corrente, passou a acumular ativos de reserva em instrumentos denominados em dólares estadunidenses, também em níveis inéditos (Cynamon; Fazzari; Setterfield, 2013; Unctad, 2014).

A crise de 2007-08 e seus desdobramentos colocaram em xeque o modelo de crescimento baseado na expansão do endividamento das famílias, empresas e governos, o que também limitou os horizontes de recuperação no período atual. É importante notar que, já em 2008, e com maior intensidade em 2009, tanto as economias avançadas quanto as principais economias emergentes e em desenvolvimento procuraram minimizar os impactos da crise por meio de maciços pacotes de apoio aos setores financeiros e à atividade produtiva em geral. Evitou-se, assim, que a economia mundial entrasse em uma nova grande depressão, tal qual aquela que se seguiu à crise de 1929.

Com isso, os anos de 2010 e 2011 foram de recuperação na periferia, mas de novas rodadas de instabilidade no centro, especialmente na Europa, onde a crise financeira, de origem privada, se metamorfoseou em crises soberanas. Os anos de 2012 a 2014 revelaram-se como sendo de recuperação lenta e mesmo de agravamento do quadro financeiro e real para algumas economias desenvolvidas, particularmente na área do euro e no Japão, e de moderação no crescimento em quase todo o Mundo em desenvolvimento. A maioria das economias retirou os estímulos fiscais e monetários, o que contribuiu para desacelerar o ritmo de crescimento.

É sobre esse pano de fundo que o presente trabalho tem por objetivo analisar a participação do Brasil no comércio mundial, nos anos 2000, com ênfase no comportamento das exportações. Procura-se contribuir com a literatura prévia<sup>4</sup>, ao se apresentarem a evolução das vendas internacionais de mercadorias e o respectivo *market share* em distintas agregações setoriais<sup>5</sup>. Isso se revela importante, na medida em que, no período, se observou a interconexão de alguns fatores críticos: as exportações brasileiras voltaram a crescer acima da média mundial, o que permi-

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Quanto à literatura internacional, ver detalhes em World Trade Organization (2013, 2014) e Unctad (2014); o debate brasileiro é mapeado, dentre outros, por Bresser-Pereira (2010), Bacha e Bolle (2013) e Calixtre, Biancarelli e Cintra (2014).

Os dados foram originalmente capturados no United Nations Comtrade (2014), a seis dígitos pelo Sistema Harmonizado. Quando isso foi feito, só havia dados completos para o conjunto da economia mundial até 2012. Dados para o Brasil estavam disponíveis até o ano de 2013. As informações originais foram, então, agregadas seguindo quatro classificações distintas, quais sejam: (a) a Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE) 2.0 a dois e três dígitos, com o nível mais elevado de agregação nos grandes setores (agricultura e pecuária; indústria extrativa; indústria de transformação; e serviços); (b) a classificação do Instituto Brasileira de Geografia e Estatística (IBGE), que considera o uso das mercadorias (bens de consumo, bens intermediários, bens de capital, combustíveis e lubrificantes e demais operações); (c) a classificação por Fator Agregado do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), que considera a intensidade no uso de fatores, de modo que há os produtos básicos (recursos naturais sem processamento), os semimanufaturados (recursos naturais processados, mas que ainda não encontraram seu uso final) e manufaturados; e (d) a classificação sugerida por Pavitt (1984) com posteriores aprimoramentos (detalhes em Fligenspan et al. (2015)), que leva em conta a intensidade e/ou complexidade tecnológica dos produtos e/ou setores. Assim, dependendo da classificação utilizada, alguns produtos intensivos em recursos naturais poderão receber a classificação de manufaturas, em um sentido mais amplo. Por exemplo, açúcar refinado, óleo de soja refinado, derivados do petróleo, dentre outros, podem entrar como produtos da indústria de transformação na CNAE, ou como semimanufaturados no MIDC, como bens intermediários, seguindo o IBGE por categoria de uso, ou, ainda, como manufaturas intensivas em recursos naturais em Pavitt (1984). Um maior detalhamento pode ser disponibilizado mediante solicitação aos autores.

tiu a recuperação dos níveis de participação relativa observados no começo dos anos 80; simultaneamente e em meio a um longo e intenso ciclo de elevação dos preços das *commodities*, a pauta de exportações alterou-se no sentido da maior participação dos produtos intensivos em recursos naturais; a aceleração do crescimento da renda nacional, com ampliação do consumo das massas, induziu à redução da orientação exportadora da indústria de transformação; ao mesmo tempo em que a maior concorrência com outros países emergentes, particularmente os asiáticos, tornou mais difícil o acesso a terceiros mercados.

Em síntese, os ganhos quantitativos das exportações ocorreram em meio a alterações qualitativas importantes, que reforçam a preocupação com a "reprimarização" e a "desindustrialização" 6. Além desta Introdução, as demais seções analisam o comércio internacional (seção 2), a evolução das exportações brasileiras (seção 3) e o *market share* de setores em destaque (seção 4). Seguem as Considerações finais.

## 2 A evolução das exportações mundiais no período 2000-12

Entre 2000 e 2012, as exportações mundiais cresceram 177%, correspondendo a uma média anual de 8,9%, com uma natural redução de valor absoluto em 2009, primeiro ano em que se manifestaram mais fortemente os efeitos da CFG (Tabela 1). De fato, de 2008 para 2009, houve uma queda de 22% no valor das exportações mundiais, mas a recuperação foi rápida; já em 2011, o valor voltou a ser maior que o de 2008, com leve recuo em 2012, principalmente devido ao desempenho dos produtos primários, que tiveram queda de 8% frente a 2011. Registre-se que, em 2001, em função dos escândalos com as empresas "ponto com", do "estouro da bolha especulativa"

A questão da desindustrialização refere-se à perda de participação do Valor Adicionado e do emprego da indústria de transformação no total da renda e do emprego, respectivamente. Como pano de fundo da discussão está o debate em torno da existência de propriedades específicas associadas à indústria, que a tornariam o motor do crescimento econômico. A perda de sofisticação e a de diversificação das estruturas produtiva e de comércio internacional (exportações de mercadorias) seriam manifestações desse problema. Detalhes conceituais, referências e os termos do debate brasileiro recente estão em Bresser-Pereira (2010) e Bacha e Bolle (2013).

na bolsa de valores norte-americana e dos atentados às torres gêmeas em Nova Iorque, também ocorreu uma redução das exportações mundiais, porém bem menor, de 3%. Nos outros anos do período analisado, sempre se observou expansão do comércio mundial.

Os efeitos da crise do final da década passada aparecem nitidamente nos preços das *commodities*, que ainda não recuperaram os níveis de pré crise; de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), entre julho de 2008 (pico pré crise) e fevereiro de 2009 (vale pós crise), a queda foi de 55,3% (Gráfico 1)<sup>7</sup>. A partir daquele momento, ocorreu uma recuperação, e, em abril de 2011, os preços estavam apenas 4,4% menores que os do pico, mas a alta não se sustentou, houve uma nova queda, e, em abril de 2014, os preços já eram 15,9% menores que os do pico. Observe-se que os preços do petróleo tiveram altas, em geral, maiores do que a média das *commodities* desde 2000, mas foram os que mais sofreram o impacto da passagem de 2008 para 2009.

A Tabela 2 relaciona os produtos com taxas médias anuais de crescimento do valor das exportações acima de 10% no período 2000-12. É fácil observar que a maior parte deles é ligada à base primária e de recursos naturais.

A análise por intensidade tecnológica, de acordo com a classificação de Pavitt (1984), mostra que os grupos com desempenho acima da média no período 2000-12 foram os de produtos primários e intensivos em recursos naturais, com taxas de crescimento das exportações mundiais de 264% (11,4% de média anual) e 245% (10,9% em média) respectivamente. Os intensivos em economias de escala tiveram desempenho quase igual ao da média, e os demais ficaram abaixo desta última. Praticamente todos têm o mesmo padrão de variação frente à crise de 2008; caiu o valor das exportações em 2009 e recuperou-se até 2011. O ano de 2012 trouxe uma nova queda para produtos primários, intensivos em recursos naturais e intensivos em economias de escala. Em contraposição, produtos intensivos em trabalho e intensivos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) tiveram elevação de 2%, e fornecedores especializados mantiveram o valor de 2011 a 2012.

Verifica-se, portanto, que os grandes ganhadores no período analisado foram os grupos ligados à base primária e de recursos naturais, que, juntos, foram responsáveis por 30,5% do comércio mundial

Sugere-se a leitura de WTO (2014, seção D) para uma revisão da discussão recente sobre o comportamento dos preços das commodities

em 2012, com ganho de 6,6 pontos percentuais em relação a 2000. Os perdedores, intensivos em trabalho, fornecedores especializados e intensivos em P&D, reduziram sua participação no total das exportações mundiais, em 7,4 pontos percentuais, no período.

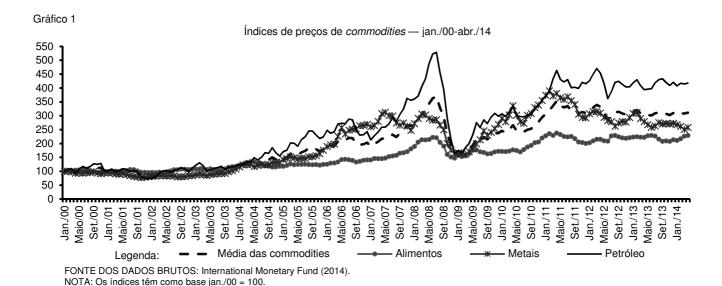
Ao se considerar a geografia do comércio mundial, reafirma-se a relevância do processo de "ascensão do resto", para se utilizar a expressão de Amsden (2001). A análise por blocos econômicos evidencia que o ganhador no período foi o Asean+48, que passou de 22,4% das exportações mundiais em 2000 para 29,3% em 2012 (Gráfico 2); os perdedores foram a União Europeia (de 39,3% para 33,7%) e o North American Free Trade Agreement (NAFTA) (de 20,1% para 14,1%).

Além de ser o bloco que mais avançou, o Asean+4 também foi o único que aumentou a participação do comércio intrabloco nas exportações, passando de 34% para 37% no período e evidenciando o crescente e positivo grau de integração das economias da região. Ao concentrar a análise do comércio intrabloco apenas na indústria de transformação, verifica-se que o Mercosul foi o bloco que mais avançou no período 2000-12, passando de 78% para 85%. Contudo esse percentual coloca o Mercosul apenas como o terceiro bloco de maior integração para a indústria de transformação em 2012, atrás da União Europeia (91,5%) e do NAFTA (91,0%). NAFTA e Comunidade Andina (Can) chegaram a ter reduções do percentual de integração da indústria de transformação no período.

Tabela 1

Valor, por intensidade tecnológica, das exportações mundiais — 2000-2012

GRUPOS	2000 (US\$	2008 (US\$	2009 (US\$ trilhões)	2010 (US\$ trilhões)	2011 (US\$ trilhões)	2012 (US\$ trilhões)	TAXAS DE CRESCIMENTO (%)	
	trilhões)	trilhões)					Média Anual	Total
Produtos primários	0,7	2,5	1,7	2,0	2,9	2,6	11,4	263,9
Intensivos em recursos naturais	0,7	2,2	1,6	2,0	2,6	2,5	10,9	245,1
Intensivos em trabalho	0,8	1,5	1,3	1,4	1,7	1,7	7,1	128,0
Intensivos em economias de escala	1,5	3,9	2,8	3,6	4,3	4,2	9,1	185,5
Fornecedores especializadosIntensivos em pesquisa e desenvolvi-	1,1	2,5	2,0	2,4	2,7	2,7	7,5	138,9
mento (P&D)	1,0	2,1	1,8	2,2	2,4	2,4	7,3	134,2
Não classificados	0,2	0,6	0,7	0,8	0,9	0,7	9,0	181,6
Total	6,1	15,3	11,9	14,4	17,3	16,8	8,9	177,3



Bloco composto pelos países da Asean (Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura, Tailândia, Brunei, Myanmar, Camboja, Laos e Vietnã) mais China, Japão, Coreia do Sul e Índia.

(%)

Tabela 2

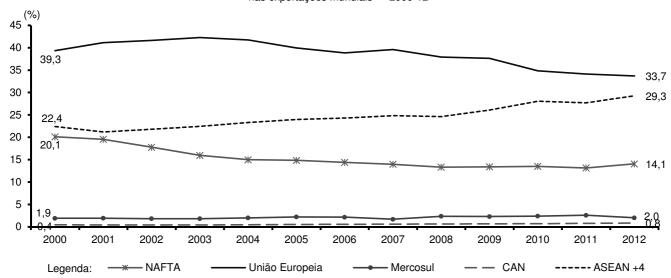
Maiores taxas médias anuais de crescimento do valor das exportações, segundo a Classificação
Nacional das Atividades Econômicas (CNAE) a 2 dígitos, no Mundo — 2000-12

CÓDIGOS DA CNAE	DESCRIÇÃO	TAXA MÉDIA
01	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	10,9
05	Extração de carvão mineral	18,3
06	Extração de petróleo e gás natural	11,3
07	Extração de minerais metálicos	20,0
10	Fabricação de produtos alimentícios	10,4
19	Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	16,8
21	Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	13,3
24	Metalurgia	12,1
32	Fabricação de produtos diversos	10,3
35	Eletricidade, gás e outras utilidades	12,1

FONTE DOS DADOS BRUTOS: United Nations Comtrade (2014).

Gráfico 2

Participação do North American Free Trade Agreement (NAFTA), da União Europeia, do Mercado Comum do Sul (Mercosul), da Comunidade Andina (Can) e dos Países da Asean (Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura, Tailândia, Brunei, Myanmar, Camboja, Laos e Vietnã) mais China, Japão, Coreia do Sul e Índia (Asean+4) nas exportações mundiais — 2000-12



FONTE DOS DADOS BRUTOS: United Nations Comtrade (2014).

## 3 Evolução das exportações brasileiras no período 2000-12

As exportações brasileiras, no período 2000-12, tiveram expansão de 340% (13,1% ao ano), quase o dobro da taxa mundial (177%), o que rendeu um ganho de participação expressivo no comércio global,

passando o *market share* brasileiro de 0,9% em 2000 para 1,4% em 2012. Naturalmente, esse crescimento não foi uniforme no período,<sup>9</sup> houve um abalo em 2009, mas a retomada foi muito rápida, à frente do padrão mundial: 2010 já teve um valor praticamente igual ao de 2008, devido aos desempenhos positivos de produtos primários e de intensivos em recursos

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> Assim, por exemplo, entre 2000 e 2008, a taxa média (geométrica) de crescimento das exportações totais do Brasil foi de 17,3% a.a.; entre 2008 e 2012, tal taxa caiu para 5,2% a.a.

naturais (Tabela 3). Os outros grupos ainda tinham, em 2010, exportações menores que as de 2008. Tal como se observou para as exportações mundiais, o desempenho brasileiro em 2012 foi menor que o de 2011, com exceção dos produtos intensivos em P&D.

Em linhas gerais, portanto, verifica-se um comportamento semelhante das exportações brasileiras e das mundiais, ambas com crescimento ao longo do período 2000-12, ambas mostrando os efeitos da crise de 2008 e ambas apresentando leve recuo no último ano da série. O que mais diferencia a performance brasileira é o peso dos grupos ligados à base primária e de recursos naturais e suas consequências sobre o desempenho geral. Isto porque não só o peso desses grupos já era maior na pauta exportadora brasileira em 2000 — 40,5% versus 23,9% no Mundo —, como ele cresceu mais ainda em 2012 — 64,1% versus 30,5% —, impulsionado pela expansão da demanda mundial.

É claro que o crescimento das exportações brasileiras desses grupos está vinculado diretamente ao boom do mercado mundial de commodities que se observou no meio da década de 2000-09 (UNCTAD, 2014; WTO, 2013, 2014), elevando preços e quantidades comercializadas desses produtos. Isso favoreceu em muito os países como o Brasil, detentores de grandes reservas de recursos naturais e com vocação para a produção de commodities primárias. Observe--se que, se fosse isolado o efeito dos grupos produtos primários e intensivos em recursos naturais no desempenho exportador do Brasil e do Mundo, as taxas de expansão no período 2000-12 seriam muito próximas, de 165% e 153% respectivamente. Vale dizer, o fato de as taxas de crescimento do valor das exportações brasileiras no período (Tabela 3) terem sido superiores àquelas observadas na média mundial (Tabela 1) deve-se ao desempenho desses dois grupos.

A análise por intensidade tecnológica, segundo a classificação de Pavitt (1984), identifica, portanto, os grupos produtos primários e intensivos em recursos naturais como os de melhor desempenho no período estudado. Porém o primeiro é efetivamente o maior responsável pela taxa de crescimento expressiva das exportações brasileiras, a ponto de mais do que dobrar sua participação no total exportado pelo País entre 2000 e 2012, de 19,6% para 43,7%.

O desempenho dos intensivos em recursos naturais foi praticamente igual ao da média, e o dos demais grupos foi inferior ao da média, algo que pode ser considerado normal, já que a média foi excessivamente elevada pelos produtos primários. Contudo o

que mais chama atenção foi a fraca *performance* dos grupos intensivos em trabalho e intensivos em P&D durante todo o período. Mesmo antes da crise de 2008, eles já mostravam baixas taxas de expansão das exportações, o que se aprofundou no pós crise, aí inclusive com **crescimento negativo**, diferentemente do que ocorreu no nível mundial. Com efeito, apesar das quedas generalizadas de 2012 frente a 2011, as exportações do último ano da série foram maiores que as de 2008 para todos os grupos no nível mundial, mas não foi isso que se deu para as exportações brasileiras de intensivos em trabalho, intensivos em economias de escala e intensivos em P&D.<sup>10</sup>

A Tabela 4 relaciona os produtos com taxas médias anuais de crescimento das exportações brasileiras acima de 10% no período 2000-12. Tal como havia se observado para o nível mundial, também no caso do Brasil predominam as atividades ligadas à base primária e de recursos naturais. Em especial, destaca-se a extração de petróleo e gás natural, com taxa média anual de 50%, mas também aparecem com taxas elevadas três produtos da área de químicos e petroquímicos e dois da área de metalurgia, todos classificados como intensivos em economias de escala, e dois da área de bens de capital, classificados como intensivos em economias de escala e fornecedores especializados.

Na classificação por setores, reaparece nitidamente o ganho de importância da base primária e de recursos naturais do Brasil diante de uma demanda mundial crescente no período. Agricultura e pecuária quase dobraram seu peso nas exportações brasileiras, passando de 8% em 2000 para 14% em 2012 (16% em 2013), e a indústria extrativa triplicou, passando de 7% para 22% entre 2000 e 2012 (Gráfico 3).

A grande perdedora é a indústria de transformação, cujo peso caiu de 84% em 2000 para 61% em 2012. Aqui há, pelo menos, duas forças a explicar tal movimento: o crescimento da economia brasileira, que aumentou a demanda doméstica de produtos nacionais e os desviou da exportação; 11 e a perda de competitividade da indústria nacional, tema que tem

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> São conhecidos os problemas de competitividade da indústria brasileira, com repercussões sobre seu comércio externo, inclusive gerando déficits crescentes nos últimos anos e estimulando um debate a cerca de desindustrialização. Sobre esse ponto, ver Cunha, Lélis e Fligenspan (2013). Especificamente sobre a redução das exportações brasileiras de intensivos em trabalho na década de 2000-09, ver Fligenspan *et al.* (2015).

Sobre esse ponto, novamente vale a consulta a Cunha, Lélis e Fligenspan (2013).

sido objeto de vasta discussão e que envolve desde o custo unitário do trabalho — que aumentou 121% entre 2000 e 2012 — até as questões relacionadas à competitividade sistêmica.

Esse segundo aspecto, da perda de competitividade, é, sem dúvida, importante, mas ele tem sido referido, generalizadamente, como "o fator" a explicar a queda das exportações de manufaturados brasileiros. Na realidade, a histórica preferência da indústria nacional por colocar seus produtos no mercado interno, evitando a disputa no sempre mais difícil mercado internacional, é um fato que não deve ser afastado, sobretudo porque, na maior parte do período estudado, ocorreu uma significativa expansão do mercado doméstico (Cunha; Lélis; Fligenspan, 2013). Observe--se que, dos 22 pontos percentuais de participação perdidos pela indústria de transformação — de 84% das exportações nacionais em 2000 para 62% em 2013, conforme o Gráfico 3 —, 19 pontos o foram até 2010, justamente o período de maior expansão do mercado interno.

De qualquer forma, a queda de participação da indústria de transformação nas exportações brasileiras e a quase estagnação dos valores exportados, principalmente a partir de 2008, ajudam a explicar seus saldos comerciais negativos (e crescentes) no pós crise, chegando a 2013 com US\$ -56 bilhões (Gráfico 4).<sup>12</sup>

Ademais, ao se observar a evolução do comércio internacional brasileiro por categoria de uso, explicita-se o fato de que a deterioração do saldo se deve, principalmente, ao desempenho dos bens de capital e dos combustíveis e lubrificantes. Nos dois casos, há um claro descolamento entre a evolução das importações, mais intensa, e a das exportações. Em bens de consumo, as exportações perderam dinamismo a partir de 2006, ao passo que as importações mantiveram taxas robustas de crescimento (Cunha; Lélis; Fligenspan, 2013).

É claro que as importações explicam até mais o saldo comercial, na medida em que cresceram muito nos últimos anos, praticamente quadruplicando de valor entre 2004 e 2013. Sobre esse ponto também vale referir a relação entre o nível de atividade doméstico e as importações, com seus reflexos sobre o saldo comercial. Efetivamente, o período de alta da atividade, na segunda metade dos anos 2000, correspondeu ao de aumento das importações e redução do saldo. Os blocos responsáveis pela perda de importância da indústria de transformação nas exportações brasileiras são o NAFTA, a União Europeia e a Asean+4, já que, no Mercosul e na Can, o peso se manteve acima de 90%.

Tabela 3

Valor, por intensidade tecnológica, das exportações do Brasil — 2000-2012

GRUPOS	2000 (US\$	2008 (US\$ bilhões)	2009 (US\$ bilhões)	2010 (US\$ bilhões)	2011 (US\$	2012 (US\$	TAXAS DE CRESCIMENTO (%)	
	bilhões)				bilhões)	bilhões)	Média Anual	Total
Produtos primários	10,8	68,0	56,9	84,6	115,8	105,9	20,9	878,5
Intensivos em recursos naturais	11,5	39,8	35,7	42,5	50,9	49,7	13,0	331,4
Intensivos em trabalho	5,9	10,5	7,4	8,6	9,1	8,7	3,3	47,9
Intensivos em economias de escala	14,4	46,9	30,1	38,1	47,6	44,8	9,9	211,9
Fornecedores especializados	5,2	16,2	11,1	14,2	17,7	17,5	10,7	239,5
Intensivos em pesquisa e desenvolvimento								
(P&D)	6,3	11,8	8,9	9,4	9,8	10,2	4,2	63,4
Não classificados	1,1	4,8	2,8	0,0	5,1	5,7	14,9	429,5
Total	55,1	197,9	153,0	197,4	256,0	242,6	13,1	340,1

FONTE DOS DADOS BRUTOS: United Nations Comtrade (2014).

<sup>12</sup> Exportações, importações e saldo para agricultura e pecuária e indústria extrativa estão no Gráfico A.1 do Apêndice.

Tabela 4

Maiores taxas médias anuais de crescimento do valor das exportações, pela Classificação Nacional das
Atividades Econômicas (CNAE) a 2 dígitos, do Brasil — 2000-12

(%)

CÓDIGOS DA CNAE	DESCRIÇÃO	TAXA MÉDIA					
01	Agricultura, pecuária e serviços relacionados						
06	Extração de petróleo e gás natural	49,9					
07	Extração de minerais metálicos	21,5					
10	Fabricação de produtos alimentícios	15,3					
12	Fabricação de produtos do fumo	12,4					
19	Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	21,2					
20	Fabricação de produtos químicos	10,2					
21	Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	15,6					
22	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	10,4					
24	Metalurgia	10,3					
25	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	11,4					
27	Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	10,4					
28	Fabricação de máquinas e equipamentos	12,2					

FONTE DE DADOS BRUTOS: United Nations Comtrade (2014).

Gráfico 3

Participação dos setores nas exportações brasileiras — 2000-13

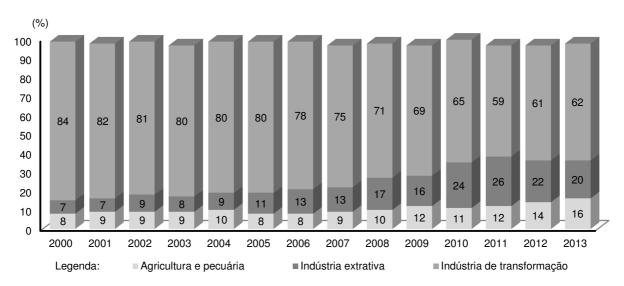
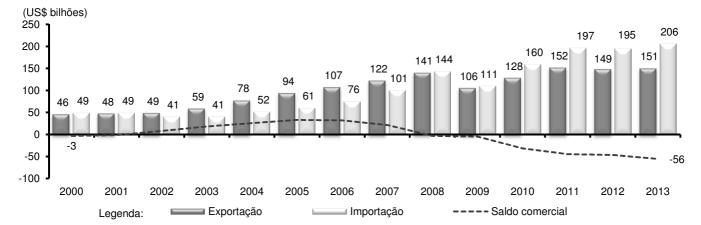


Gráfico 4

Balança comercial da indústria de transformação do Brasil — 2000-13



FONTE DOS DADOS BRUTOS: United Nations Comtrade (2014).

# 4 A evolução do *market* share do Brasil

Dados os desempenhos das exportações mundiais e brasileiras, a participação do Brasil no Mundo passou de 0,9% para 1,4% entre 2000 e 2012, um excelente desempenho, voltando aos melhores momentos do passado, em meados dos anos 80, logo que os projetos do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) se completaram — com muito atraso — e apareceram seus efeitos sobre as exportações de produtos industriais. <sup>13</sup> Observando-se essa variável, *market share*, a crise de 2008 não foi sentida; pelo contrário, em 2010 e 2011, acelerou-se o ganho de participação, ocorrendo apenas uma pequena perda em 2012.

Quando se verifica a *performance* por intensidade tecnológica, é fácil notar que quem efetivamente influenciou o resultado global foi o grupo de produtos primários, que passou de 1,5% das exportações mundiais para 4% entre 2000 e 2012 e acelerou esse ganho justamente depois da crise (Tabela 5). Esta última afetou sobremaneira o comércio de produtos manufaturados e atingiu, com maior intensidade, seus grandes demandantes, as economias avançadas, particularmente os Estados Unidos (UNCTAD, 2014; WTO, 2013, 2014).

Os grupos intensivos em economias de escala e fornecedores especializados tiveram pequenos ga-

nhos de *market share*, 0,1 e 0,2 ponto percentual respectivamente, e um ganho maior foi observado para intensivos em recursos naturais, 0,4 ponto percentual, chegando a 2% das exportações mundiais.

Conforme já se apontou na seção anterior, os grupos de intensivos em trabalho e intensivos em P&D tiveram mau desempenho de suas exportações a partir do Brasil, inclusive com valores menores em 2012 em relação a 2008, o que não se verificou no nível mundial. Com isso, esses dois grupos perderam participação nas exportações mundiais, no período 2000-12, 0,3 e 0,2 ponto percentual respectivamente.

A análise em nível de produtos revela novamente os maiores ganhos de *market share* das exportações brasileiras para aqueles vinculados aos grupos ligados mais diretamente à base primária e de recursos naturais: fabricação de produtos do fumo e agricultura, pecuária e serviços relacionados apresentam expressivas variações no período estudado e taxas de participação elevadas (Tabela 6). Por outro lado, os produtos com piores desempenhos distribuem-se nos demais grupos, ressaltando-se o fato de que preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados, classificado como intensivo em trabalho, foi o produto que teve maior perda absoluta de participação (1,3 ponto percentual).

Na classificação por setores, todos tiveram ganhos de participação nas exportações mundiais, mas o grande destaque em termos de taxa de crescimento foi a indústria extrativa, que detinha 0,8% das exportações mundiais em 2000 e chegou a 2012 com 3,1% (Gráfico 5). O período pós crise foi muito importante para esse desempenho, já que, em 2008, o *market* 

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> A análise clássica desse ponto é a de Castro e Souza (1985).

share já havia crescido bastante, mas ainda era de 1,9%; evidentemente, a recuperação dos preços do petróleo e do minério de ferro no mercado internacional nesse período justificam esse resultado. Agricultura e pecuária também apresentaram excelente performance, mais do que dobrando seu market share, de 3% em 2000 para 7% em 2012. Já a indústria de transformação foi o setor que mostrou o menor avanço, de 0,9% para 1,1%.

Quando se abre a análise da indústria de transformação nas suas categorias de uso, também se observam ganhos de participação generalizados nas exportações mundiais, maiores para bens intermediários e bens de consumo (Gráfico 6). A categoria com maior presença no cenário mundial é a de bens intermediários, que aparece, nos últimos anos do período estudado, com, aproximadamente, 1,6% de market share, corroborando o que a bibliografia recente aponta sobre a presença do Brasil nas cadeias globais de valor (CGVs). Isto é, o Brasil não está fora das CGVs, mas não ocupa um lugar de destaque, funcionando, principalmente, como um grande forne-

cedor de insumos para as empresas de outros países agregarem valor nas diversas cadeias produtivas. Assim, o País apresenta o segundo maior "indicador para frente" — participação no Valor Adicionado das exportações de outros países — entre os países em desenvolvimento, mas, em troca, "[...] é uma das economias com menor valor adicionado estrangeiro nas suas exportações, da ordem de 10%" (IEDI, 2013), refletindo ainda a tradição de fechamento da economia brasileira. 15

Por fator de produção, o grande ganhador de share foi produtos básicos, que passou de 1,8% das exportações mundiais para 4,3% entre 2000 e 2012. Produtos semimanufaturados e manufaturados praticamente não alteraram sua participação. A CNAE reforça a percepção de que os segmentos agricultura e pecuária e a indústria extrativa apresentaram os ganhos mais intensos nas exportações internacionais (Gráfico 5). E o recorte setorial inspirado em Pavitt (1984) corrobora tal perspectiva, na medida em que os produtos primários são os que efetivamente ampliam market share nos anos 2000.

Tabela 5

Participação, por intensidade tecnológica, das exportações brasileiras nas exportações mundiais — 2000-2012

(%)

GRUPOS	2000	2008	2009	2010	2011	2012	VARIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO (1)
Produtos primários	1,5	2,7	3,4	4,2	4,1	4,0	2,5
Intensivos em recursos naturais	1,6	1,8	2,2	2,1	2,0	2,0	0,4
Intensivos em trabalho	0,8	0,7	0,6	0,6	0,5	0,5	-0,3
Intensivos em economias de escala	1,0	1,2	1,1	1,1	1,1	1,1	0,1
Fornecedores especializados	0,5	0,6	0,6	0,6	0,7	0,6	0,2
Intensivos em pesquisa e desenvolvimento (P&D)	0,6	0,6	0,5	0,4	0,4	0,4	-0,2
Não classificados	0,4	0,8	0,4	0,0	0,6	0,8	0,4
Total	0,9	1,3	1,3	1,4	1,5	1,4	0,5

<sup>(1)</sup> Em pontos percentuais.

Os trabalhos da World Trade Organization (2013, 2014) mapeiam o comércio mundial pela ótica das cadeias globais de valor, onde o Brasil emerge com uma participação inferior à média dos países em desenvolvimento.

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> A ascensão das cadeias globais de valor é tratada com detalhes em WTO (2014, seção C).

Tabela 6

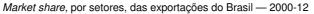
Maiores variações, pela Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE) a 2 dígitos, de *market share* dos produtos brasileiros — 2000-2012

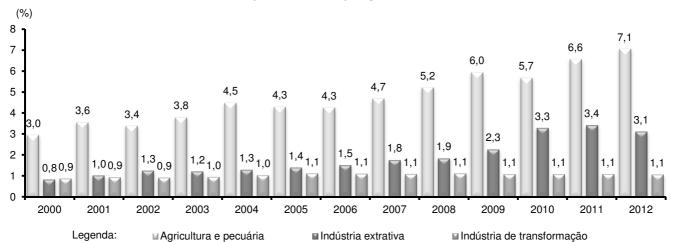
								(%)
CÓDIGOS DA CNAE	DESCRIÇÃO	2000	2008	2009	2010	2011	2012	VARIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO (1)
12	Fabricação de produtos do fumo	4,1	8,8	9,7	8,6	7,9	8,8	4,7
01	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	3,3	5,7	6,6	6,4	7,2	7,6	4,3
07	Extração de minerais metálicos	13,5	14,1	13,4	17,4	18,2	15,7	2,1
10	Fabricação de produtos alimentícios	3,0	4,9	5,1	5,5	5,4	5,1	2,1
06	Extração de petróleo e gás natural	0,0	0,9	1,1	1,7	1,4	1,5	1,5
17	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	2,0	2,7	2,8	3,2	3,1	3,2	1,2
35	Eletricidade, gás e outras utilidades	0,0	0,1	3,6	1,1	1,4	1,1	1,1
13	Fabricação de produtos têxteis	0,6	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4	-0,2
30	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto							
	veículos automotores	1,9	1,7	1,3	1,3	1,3	1,6	-0,2
24	Metalurgia	2,0	1,9	1,9	1,7	1,7	1,7	-0,4
31	Fabricação de móveis	0,9	0,8	0,7	0,6	0,6	0,5	-0,4
16	Fabricação de produtos de madeira	2,4	2,6	2,1	2,0	1,8	1,8	-0,6
15	Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro,							
	artefatos de viagem e calçados	3,1	2,6	2,1	2,1	1,9	1,7	-1,3

FONTE DOS DADOS BRUTOS: United Nations Comtrade (2014).

(1) Em pontos percentuais.

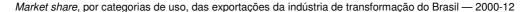
Gráfico 5

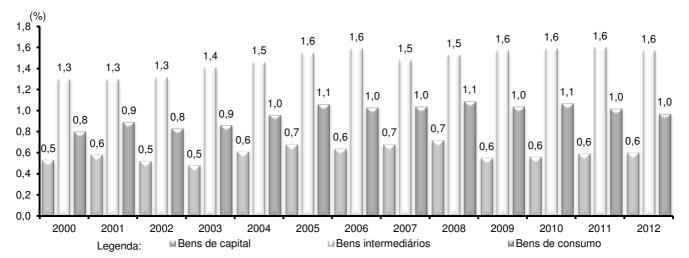




FONTE DOS DADOS BRUTOS: United Nations Comtrade (2014).

Gráfico 6





FONTE DOS DADOS BRUTOS: United Nations Comtrade (2014).

## 5 Considerações finais

Em uma perspectiva de longo prazo, a transformação da base produtiva da economia brasileira observada entre os anos 1950 e 1980 legou uma economia diversificada, cuja indústria de transformação era a maior dentre as economias em desenvolvimento e a oitava maior do Mundo. As exportações de mercadorias eram, predominantemente, de manufaturas, e o market share do Brasil no comércio internacional de mercadorias era equivalente àquele registrado por outros grandes países emergentes, como China, Coreia e México. 16 Tal trajetória de modernização produtiva, mesmo que limitada em sua capacidade de produzir uma sociedade mais homogênea e integrada, caracterizava-se por importante dinamismo econômico. Este último, por sua vez, foi interrompido com a crise da dívida externa, no começo dos anos 80. Nem mesmo a estabilização monetária, com o advento do Plano Real, ou o ciclo de aceleração moderada no ritmo de expansão da renda, associado a um processo de melhoria em sua distribuição, nos anos 2000, foram capazes de relançar o País em uma trajetória virtuosa de crescimento sustentado, estabilidade macroeconômica e inclusão social plena. No que tange à estrutura produtiva e de comércio internacional, Bresser-Pereira (2010), Palma (2012), Bacha e Bolle (2013), dentre outros, sugerem que o Brasil experimentou a combinação perversa de baixos ganhos de produtividade, perda de participação relativa da indústria de transformação na geração da renda e do emprego e reprimarização da pauta exportadora.

O presente artigo trouxe evidências adicionais desta última dimensão. Ao mesmo tempo em que as exportações brasileiras de mercadorias passaram a crescer mais do que a média mundial no período analisado, sua estrutura alterou-se rumo à maior participação relativa dos produtos primários ou deles derivados. Tal quadro pode ser apreendido pela análise de distintas formas de agregação. Buscou-se, assim, contribuir com a literatura prévia, a partir da organização das evidências em um quadro amplo e que apresentou, como pano de fundo, as características mais gerais do comércio mundial no século XXI.

Inaugurou-se, então, uma fase de baixo crescimento e elevada instabilidade macroeconômica<sup>17</sup>.

Nem mesmo a estabilização monetária, com o

Na média do período 1981-85, esses quatro países contribuíram com algo entre 1,2% e 1,3% do total das mercadorias exportadas no Mundo. Em 2012, a China passou a 12,1% do total global; a Coreia tinha 3%; o México, 2%; e o Brasil, 1,3%. Já ao se considerarem as exportações de manufaturas, o *market share* do Brasil, na média de 1981-85, era de 0,8%; o da China, de 0,3%; o do México, de 0,2%; e o da Coreia, de 2%. Em 2012, tais participações eram: 15,4% da China, 3,7% da Coreia, 2,2% do México e 0,7% do Brasil. Diferentemente das estimativas anteriores, as reportadas aqui foram calculadas a partir dos dados do World Bank (2014).

Detalhes e evidências podem ser encontrados em Palma (2012), Unido (2013), Bresser-Pereira (2010) e Calixtre, Biancarelli e Cintra (2014).

## **Apêndice**

Gráfico A.1

Balança comercial, pela Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE), de agricultura e pecuária e indústria extrativa do Brasil — 2000-13

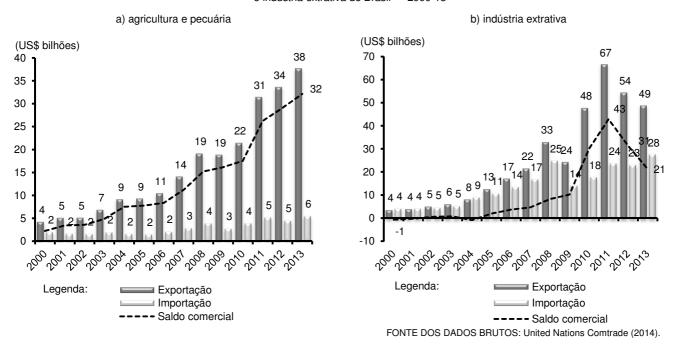
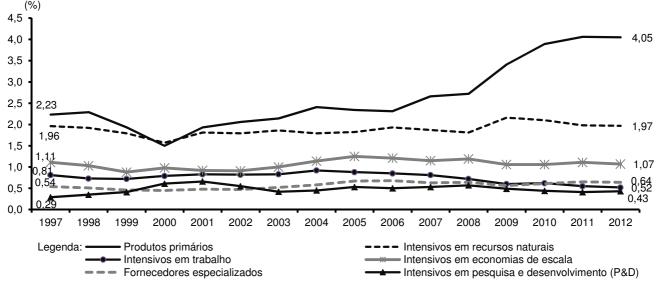


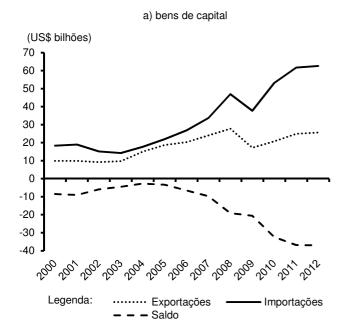
Gráfico A.2

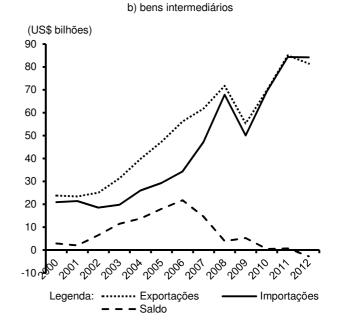
Participação do Brasil, pela classificação Pavitt, nas exportações mundiais — 1997-2012



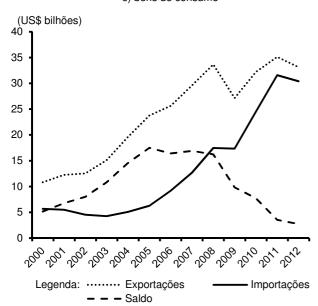
#### Gráfico A.3



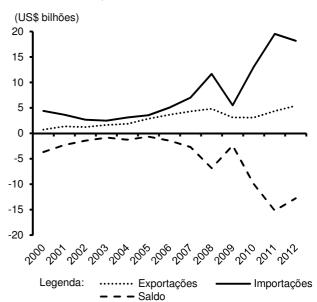




#### c) bens de consumo



#### d) combustíveis e lubrificantes



FONTE DOS DADOS BRUTOS: United Nations Comtrade (2014). NOTA: As "demais operações" foram omitidas pelo seu peso residual (em média, menos do que 0,1% do comércio exterior brasileiro).

#### Referências

AMSDEN, A. **The rise of "the rest":** challenges to the west from late-industrializing economies. New York: Oxford University Press, 2001.

BACHA, E.; BOLLE, M. B. (Org.). **O futuro da indústria no Brasil:** desindustrialização em debate. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS (BIS). 84th BIS Annual Report: 1 April 2013-31 March 2014. Basel: BIS, 2014. Disponível em:

<a href="http://www.bis.org/publ/arpdf/ar2014e.htm">http://www.bis.org/publ/arpdf/ar2014e.htm</a>. Acesso em: 24 out. 2014.

BRESSER-PEREIRA, L. C. (Org.). **Doença holandesa e indústria**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

CALIXTRE, A. B.; BIANCARELLI, A. M.; CINTRA, M. A. M. (Org.). **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: IPEA, 2014.

CASTRO, A. B.; SOUZA, F. P. A economia brasileira em marcha forçada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CUNHA, A. M.; LÉLIS, M. T. C.; FLIGENSPAN, F. B. Desindustrialização e comércio exterior: evidências recentes para o Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 371-387, jul./set. 2013.

CYNAMON, B. Z.; FAZZARI, S.; SETTERFIELD, M. (Ed.). **After the great recession:** the struggle for economic recovery and growth. New York: Cambridge University Press, 2013.

FLIGENSPAN, F. B. *et al.* The Brazilian exports of labor-intensive goods in the 2000s: an analysis using the constant market share method. **EconomiA:** Revista da ANPEC, Niterói, v. 16, n. 1, p. 128-144, 2015.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI). O lugar do Brasil nas cadeias globais de valor. **Carta IEDI**, São Paulo, n. 578, 2013. Disponível em: <a href="http://www.iedi.org.br/cartas/carta\_iedi\_n\_578.html">http://www.iedi.org.br/cartas/carta\_iedi\_n\_578.html</a>>. Acesso em: 24 out. 2014.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. International financial statistics on line. 2014. Disponível em: <a href="http://www.imf.org/external/data.htm">http://www.imf.org/external/data.htm</a>. Acesso em: 2 maio 2014.

PALMA, J. G. Was Brazil's recent growth acceleration the world's most overrated boom? Cambridge, UK: University of Cambridge, 2012. (Working Papers in Economics, n. 1248). Disponível em:

<a href="http://www.econ.cam.ac.uk/faculty/palma/research.">http://www.econ.cam.ac.uk/faculty/palma/research.</a> htm>. Acesso em: 24 out. 2014.

PAVITT, K. Sectoral patterns of technical change: towards a taxonomy and a theory. **Research Policy**, [S. I.], v. 13, p. 343-373, 1984.

UNITED NATIONS COMTRADE. **UN Comtrade database**. 2014. Disponível em: <a href="http://comtrade.un.org/">http://comtrade.un.org/</a>>. Acesso em: 2 maio 2014.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). Trade and development report 2014. Geneva: United Nations, 2014.

UNITED NATIONS INDUSTRIAL DEVELOPMENT ORGANIZATION (UNIDO). Competitive industrial performance report 2012/2013. Vienna: Unido, 2013.

WORLD BANK. **World development indicators**. 2014. Disponível em:

<a href="http://data.worldbank.org/indicator">http://data.worldbank.org/indicator</a>>. Acesso em: 1 out. 2014.

WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO). **World trade report 2013:** factors shaping the future of world trade. Geneva: WTO, 2013.

WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO). World trade report 2014: trade and development: recent trends and the role of the WTO. Geneva: WTO, 2014.